EVASÃO ESCOLAR ENTRE ESTUDANTES DE ESCOLAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Márcio Alexandre Barbosa Lima - Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail: marcio.lima@inep.gov.br

Edna Alessandra Pereira - Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail: edna.pereira@inep.gov.br

Introdução

O estudo investiga a evasão escolar em Escolas de Localização Diferenciada (ELDs) situadas em terras indígenas e remanescentes de quilombolas no Brasil, comparando-as com escolas rurais não diferenciadas. Utilizando dados longitudinais do Censo Escolar da Educação Básica (2014-2021), a pesquisa identifica casos de evasão permanente e compara as chances de desistência entre diferentes etapas educacionais. Os resultados indicam que as ELDs apresentam, em geral, menor probabilidade de evasão do que escolas rurais não diferenciadas, embora essa diferença varie de acordo com fatores como etapa de ensino e idade dos estudantes e os grupos analisados.

As chamadas Escolas de Localização Diferenciada (ELDs) são um passo importante para garantir a essas populações que a relação entre território, cultura e modos de vida seja mantida e que seus estudantes tenham o direito à educação garantindo suas especificidades.

A escola indígena, assim como a quilombola, é circunscrita aos seus territórios, destinada a seus povos, prevê uma pedagogia própria, preferencialmente com docentes membros do próprio grupo étnico e formados para o trabalho com essas populações. Desde 2007 o Censo Escolar coleta informações a respeito da localização dessas escolas e seus alunos. Essas escolas se caracterizam pela sua presença nas áreas rurais do país. Em 2022, no caso das escolas localizadas em terras indígenas, das 8.721 escolas, 97,7% estão localizadas em áreas rurais. Entre as escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, 90,9% das 8.829 escolas também se encontram em áreas rurais.

É esperado e desejado que os alunos matriculados nessas escolas tenham condições de acessar uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades, respeite suas tradições e conhecimentos próprios e permita que o ingressante tenha condições de concluir a educação básica em seu próprio território. Todavia, entre os aspectos mais desafiadores à consolidação do direito à educação a essas populações está a garantia da permanência e conclusão do ensino básico entre seus estudantes.

Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a trajetória escolar entre povos indígenas e quilombolas em seus territórios. Para analisar a evasão o presente considera apenas a última vez que aluno aparece registrado na base do censo escolar, considerando a série em que ele estava nesse último registro.

Além de identificar a evasão permanente e a média de idade nas séries do ensino básico entre 2014 e 2021, o trabalho compara os dados da evasão escolar permanente desses estudantes com aqueles que estudam em áreas rurais do país, com o intuito de avaliar a existência de diferenças nas taxas de evasão entre essas escolas e populações.

Essas análises visam contribuir com informações educacionais tendo em vista a necessidade de planejamento educacional específico para esses territórios e populações e a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 2.614/2024, que trata do novo Plano Nacional de Educação e que tem, entre seus 18 objetivos, um específico à essas modalidades de ensino e populações.

Metodologia

Para responder a essa questão sobre evasão escolar permanente, comparamos a evasão encontrada entre os estudantes cuja trajetória escolar sempre se deu em uma das respectiva Escolas de Localização Diferenciada (ELD) – indígena ou quilombola – com a do grupo de estudantes que sempre estudou em uma escola de localização rural de localização não diferenciada; ou seja, não-ELD. Dessa forma, a diferença entre os grupos de comparação é ter ou não realizado sua trajetória escolar em uma ELD, ou seja, no seu território.

Considerando que apenas 9,1% das escolas quilombolas estão localizadas em áreas urbanas, a comparação se deu exclusivamente entre grupos de estudantes de escolas localizados em áreas rurais, tanto nas ELDs como nas não-ELDs.

A base de dados do censo escolar do Inep apresenta muitas vezes inconsistências, ano a ano, como situações em que um mesmo aluno pode aparecer com mais de uma matrícula no mesmo ano letivo. Para resolver essas questões, a base de fluxo escolar utilizada neste trabalho tratou dessas inconsistências, assegurando o acompanhamento do fluxo escolar do aluno em toda a sua trajetória na educação básica. Assim, utilizamos a base de fluxo do censo escolar, estruturada a partir dos dados do censo escolar, de forma que cada aluno aparece uma vez a cada ano. De 2007 a 2022, um aluno pode aparecer de 1 a 15 vezes na base de fluxo.

Para entender as chances de evasão, além dos dados descritivos sobre evasão escolar permanente entre essas populações e escolas, utilizamos uma medida estatística chamada Destaca-se que os casos selecionados para este trabalho incluem apenas estudantes que sempre estudaram em uma ELD ou em uma escola rural. Com isso, caso o estudante tenha feito o ensino fundamental em uma ELD e o ensino médio em uma não-ELD, rural ou urbana, ele não será computado para fins deste trabalho.

Odds Ratio, utilizada para comparar a chance de um determinado evento ocorrer para um grupo com a chance desse evento ocorrer para outro grupo com características semelhantes.

No caso, buscamos compreender as chances de evadir entre os estudantes de ELDs em comparação com os estudantes de não-ELDs, sendo todos de escolas localizadas em áreas rurais e com trajetória escolar completa em uma ELD ou em uma escola rural.

Assim, considerando todos os dados disponíveis entre 2007 e 2021, observa-se que 30,6% dos estudantes das escolas rurais frequentaram exclusivamente instituições desse tipo ao longo de sua trajetória escolar. Nas ELDs localizadas em terras remanescentes de quilombos, o percentual de estudantes que frequentaram exclusivamente essas escolas é de 16,7% e nas ELDs em terras indígenas, 57% dos estudantes sempre cursaram sua educação em escolas dessa categoria. Vale destacar que, ao longo dos anos, o percentual de alunos que realizam toda a sua trajetória escolar em ELDs tem apresentado um aumento consistente.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que as ELDs, de forma geral, apresentam menor probabilidade de evasão quando comparadas às escolas rurais não diferenciadas. No entanto, essa diferença varia conforme o grupo e a etapa de ensino.

Entre os quilombos, considerando todas as séries e anos analisados, os estudantes das escolas rurais têm 10% mais chance de evadir do que os estudantes das ELDs terras remanescentes de quilombos.

As maiores distorções idade-série estão concentradas no ensino fundamental (especialmente do 6º ao 9º ano) e nas primeiras séries do ensino médio, acompanhando as séries com os maiores percentuais de casos de evasão.

Entre os estudantes em terras indígenas, considerando todas as séries e anos analisados, os estudantes das escolas rurais tem 20% mais chance de evadir em comparação aos estudantes das ELDs em terras indígenas. Contudo, quando se observam os primeiros

anos do ensino fundamental e a educação infantil, as chances de evasão dos estudantes indígenas chegam a ser 80% a mais na comparação com os estudantes das escolas rurais. Os casos de evasão também se concentram no ensino fundamental (especialmente no 5 e 9º ano) e a defasagem idade série dos estudantes é a maior na comparação com os outros grupos.

Considerações Finais

A pesquisa demonstra que as Escolas de Localização Diferenciada apresentam vantagens em relação à permanência dos estudantes quando comparadas às escolas rurais comuns. Contudo, há desafios que precisam ser superados para garantir maior equidade na educação dessas populações, principalmente nas séries transitórias entre as etapas de ensino da educação básica.

Políticas públicas voltadas ao aumento da oferta de vagas nas etapas finais e no ensino médio, contratação e formação de professores nativos, produção de materiais didáticos específicos e a valorização das práticas culturais, como a língua materna, são elementos que podem contribuir ainda mais para a redução da evasão escolar nesses contextos.

Referências

BRASIL. Projeto de Lei n.º 2.614, de 27 de junho de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2443764&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 05 de dezembro de 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica: caderno de conceitos e orientações Censo Escolar 2023. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matricula_inicial/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica: microdados. Brasília, DF, 2007-2023.

LIMA, M. A. B.; SANTOS. Aldear os planos nacionais de educação: à educação escolar indígena e os desafios para o próximo decênio. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E.; BOF, A. (orgs.). Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Inep, 2023. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 8). Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5769>. Acesso em: 05 de dezembro de 2024.